

# **Entre ilustres e esquecidos: heterogeneidade e disputas narrativas no instituto histórico e geográfico brasileiro (IHGB) – (1838-1850)**

Cassia Tais da Silva<sup>1</sup>

José Helder Medeiros da Silva<sup>2</sup>

Maria Helena de Sousa Silva<sup>3</sup>

## **Resumo**

O propósito desta pesquisa, é dimensionar a produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no contexto de sua fundação (1839-1850). Portanto, a problemática basilar que alicerça nossa reflexão é enfatizar a multiplicidade de projetos políticos e historiográficos que se confrontaram e concorriam no âmago desta instituição. Nesse sentido, nossa abordagem tem por desígnio relativizar uma visão monolítica e homogeneizadora da produção dos historiadores vinculados ao IHGB - bastante recorrente em alguns manuais de historiografia brasileira - na qual Francisco Adolph de Varnhagen emerge como historiador arquetípico da escrita da história oitocentista. Para tanto, a pesquisa mobiliza como fonte primária os discursos do historiador Januário da Cunha Barbosa que serão examinados à luz do método hermenêutico e da análise do discurso (Cardoso; Vainfas, 1997) e da perspectiva da “operação historiográfica” (Certeau, 1982). Ademais, mobilizaremos a historiografia especializada por meio da técnica do balanço historiográfico.

**Palavras-chave:** Historiografia brasileira; IHGB; Januário da Cunha.

## **1 Introdução**

A multiplicidade de projetos políticos que se confrontam no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB-1838), desde a sua fundação, é evidente. Para além de Francisco Adolph de Varnhagen (1816-1878) que tornou-se um historiador oficial do instituto no período oitocentista com a sua produção *Historia Geral do Brasil* (HGB), os escritos de Varnhagen publicados pelo IHGB em 1850, que pela sua linguística renovadora utilizada em seus escritos, para José Honório Rodrigues (1979),

---

<sup>1</sup> Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. Acadêmico do curso de Licenciatura plena em História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA [cassiatais15@gmail.com](mailto:cassiatais15@gmail.com)

<sup>2</sup> Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. Acadêmico do curso de Licenciatura plena em História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA [heldermedeiros8@gmail.com](mailto:heldermedeiros8@gmail.com)

<sup>3</sup> Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. Acadêmico do curso de Licenciatura plena em História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA [maria.sshelena16@gmail.com](mailto:maria.sshelena16@gmail.com)

por esse motivo torna-se “incontestável” o “maior historiador brasileiro”; Além da empiria trazida por Varnhagen, seus recortes cronológicos faz também com que se consolida-se como historiador “renovador” do século XVIII. Todavia, nosso desígnio neste breve trabalho é refletir, ainda que panoramicamente, sobre outras historiografias que emergiram, concomitantemente, em meio ao processo de construção e consolidação de uma narrativa histórica para o recém independente Estado do Brasil. É, nesta perspectiva, que procuramos investigar o discurso de Januário da Cunha Barbosa, historiador com forte tendência empirista e apreciador dos ditos filosóficos de Cicero (106 a.C.- 43 a.C) que, conforme sabemos, preconizada uma história mestra da vida, aquela que transmite ensinamentos através dos tempos. Para Lúcia M. P. Guimarães, Januário Barbosa vai impor um projeto de “sustentação de um projeto político”, que “...seria viável através de uma militância intelectual homogênea...” desse modo, via uma unidade do discurso dentro do instituto. (GUIMARÃES, 1999: p. 36).

Entrara em discussão na Europa o modelo mais exemplar para a produção histórica, “positivismo” francês com o “historicismo” alemão. Segundo Manoel Guimarães (1988), não mais a uma França derrotada, vem a surgir um sentimento de “vanguarda”, dentre as suas produções na França positivista, a História trará um sentimento nacional, uma interpretação heroica de seus antepassados, descrevendo o tempo à parti do “método erudito”, ou seja, enfoque maior as documentações oficiais dentro de sua totalidade, que segundo José Carlos Reis (1996), o positivismo traria a objetividade através de fontes primarias oficiais de “eventos políticos” com o “estado sujeito histórico universal”. Sobre o historicismo, Reis vai dizer que: “A época historicista é, portanto, de oposição às filosofias racionalistas, que consideram a realidade humana determinada por princípios essenciais, invariantes.” (REIS, 1996: p. 6). O historiador seria sujeito neutro, imparcial dentro da produção historiográfica não se deixando ser condicionados a certos eventos, a História estaria propriamente dita dentro dos documentos oficiais, sem qualquer interpretação, mas a retirada dos fatos dentro de sua totalidade, quanto maior a distância do objeto analisado. O historicismo seria o “movimento que teve uma importância tão fundamental, que hoje se diz que o que há de novo nas ciências naturais deriva do que a história lhes forneceu”. (RODRIGUES, 1913: p. 77). Surgindo de uma crítica ao “Naturalismo”, passa a se utilizar da “filosofia crítica da história”, irá abrir espaços para a subjetividade tendo a

interpretação crítica do historiador interna e externa, a “individualidade histórica”, o indivíduo que se torna o objeto do historiador se trata de uma totalidade singular centralizando à pluralidade, de uma “continuidade” e “descontinuidade” José Carlos Reis (1996). José Honório Rodrigues (1913), dirá que o historicismo revelou que a ciência se torna a formação do conhecimento histórico sendo fundamental na investigação das ciências naturais, que sem uma investigação bem sistematizada, autocritica será condenada a uma atrofia geral.

O IHGB após assembleia geral tendo sua aprovação definitiva surgira em 1838, em consonância aos acontecimentos na Europa logo mais convidaria Januário da Cunha Barbosa para um discurso de inauguração do instituto como primeiro-secretário. Julio Benvoglio (2015) destaca que novos estudos passaram a contemplar outras questões, ou seja, historiadores e sua produção começam a ser analisados ora à luz de suas orientações político-partidárias. Rompendo as experiências políticas do passado e fundando novos marcos para o presente, purificando a pátria de excessivas conotações portuguesas. O que o instituto irá propor será, segundo Manoel Guimarães (1988), um sistema de produção historiográfica iluminista, trazendo a elite como principal norte na ideia de uma identidade para a “nação brasileira”, a homogeneização será o principal propósito da instituição.

Na abordagem formulada por Michel de Certeau (1982), o “lugar” – como instituição – parte das suas jurisdições que vai influenciar a prática historiográfica, a maneira que a instituição irá propor como será uma produção afins de elucidar a sociedade. O autor salienta ainda que o historiador partirá do “lugar” como localização social, tanto influenciará de quem comanda a instituição quando a forma do historiador produzir seu produto, sua historiografia.

Partindo desse pressuposto, podemos observar a perspectiva de independência que o instituto planejava elaborar para ser intitulada como a “História do Brasil”. Segundo José Carlos Reis (1996) para Varnhagem e os membros do IHGB, a colonização portuguesa teria sido um grande feito, e que a partir disso o Brasil estava aberto a um futuro de sucesso. E dentro dessa História, a nação recém-independente precisava de um passado grandioso, de que pudesse se orgulhar, contudo, era preciso encontrar referências luso-brasileiras no passado, para que pudessem torná-los como exemplos a serem seguidos por as futuras gerações, avançando assim, com confiança

em direção a um futuro de sucesso. Daí decorre a ideia de que Independência sem nenhuma ruptura ou conflito, fora desquite amigável.

Segundo Manoel Guimarães, após o discurso do imperador para estimular a produção histórica produzida pelo instituto, de forma direta irá relacionar as definições propriamente do instituto antes mesmo do discurso de Januário Barbosa, irá dizer: “Empenhados na tarefa de escrita da história nacional o Estado e a Monarquia. Tradição portuguesa, mantida deste lado do Atlântico, de intensas relações entre o Estado e o intelectual...”. (GUIMARÃES, 1988: p. 10).

Varnhagen, em sua escrita, a mobilização política dos segmentos depauperados da América portuguesa seriam a parte que desequilibrava o Brasil, de modo que findavam por atrasar o progresso, desordenando a nação. Conforme afirma Canabrava, os seus preconceitos como uma pessoa da elite, são extremamente notórios. Observando a independência propriamente dita, ele apenas a tolerava pois foi produzida por um príncipe, e internamente a monarquia continuava sendo seguida. “Se uma inter-relação entre Estado e produção do discurso historiográfico no Brasil no século XIX já se fazia sentir desde a fundação do IHGB, tal dinâmica tenderá a assumir formas mais claras e diretas a partir de 1849-50...” (GUIMARÃES, 1988: p. 10).

A ideia de criação de um instituto histórico é veiculada no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), criada em 1827 com a marca do coração iluminista presente em instituições semelhantes que brotaram no continente europeu durante os séculos XVII e XVIII, de principal caráter propor um processo administrativo brasileiro na qual, também foi atuante Januário da Cunha Barbosa; embora criada a partir da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o instituto segue com pernas própria, tendo sua administração desvinculada da instituição.

## **2 Metodologia**

A pesquisa é de natureza qualitativa, lastreando-se em fontes primárias e secundárias, examinadas pela técnica do balanço historiografia.

A metodologia mobilizada neste trabalho fundamenta-se na proposta de “operação historiográfica” Michel de Certeau (1995). Buscamos, portanto, analisar as fontes primárias para além de seu conteúdo propriamente dito, mas levamos em conta as condições socioinstitucionais do lugar de produção destas fontes. Pensando que as instituições constroem certas narrativas e potencializam outras. O Discurso de

Januário da Cunha Barbosa (1839) é a nossa principal fonte. Analisemos este documento alicerçados na abordagem de Certeau e reputamos que sua inteligibilidade não pode prescindir dos constrangimentos institucionais produzidos pelo IHGB. Para Certeau (1995), um texto histórico expõe uma obra que se encontra no meio de um conjunto de ações. Consequentemente, antes saber o que a história fala sobre aquela sociedade, é imprescindível analisar como aquele conjunto social funciona, pois, o lugar é que vai delimitar as áreas que lhes são ou não permitidas adentrar nas pesquisas históricas daquele objeto. Dessa forma, toda pesquisa historiográfica é planejada dentro de um “lugar de produção socioeconômico, político e cultural”, quando realizar uma operação historiográfica de um documento, devemos observar o “não dito” do texto.

Dialogamos ainda com Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997) podemos observar que o documento é sempre portador de um discurso, e o historiador quando for analisar esse material, deve estar sempre atento para a forma com que o conteúdo histórico foi apresentado, examinando-o independentemente se foi exposto através de uma simples informação ou por meio de ideias.

### **3 Discussão e Resultados**

Convém agora centrar nossa análise no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e nas produções publicadas através da revista do instituto histórico e geográfico, na qual produções seriam publicadas conforme os propósitos da instituição.

Dentro dos campos historiográficos, a voz que predomina e o autor que foi personificado como o rosto do instituto é Francisco Adolpho de Varnhagen, porém, ele não foi o único a fazer parte do instituto e nem da revista histórica. Existiram diversos outros pesquisadores (a) que também tiveram grande importância e contribuíram grandemente para a história do instituto e para a produção historiográfica no Brasil, mas que não receberam tantos créditos assim e caíram no esquecimento. Essa negligência acaba por difundir uma visão bastante monolítica e harmônica do IHGB, que consagra Varnhagen como o arquétipo da historiografia oficial do império. Trata-se de um equívoco, por simplificação.

Dentre os autores “esquecidos”, daremos ênfase em Januário da Cunha Barbosa, nos aprofundando nos documentos elaborados por ele e publicados na revista do Instituto, de forma que torne evidente a heterogeneidade existente dentro do IHGB e

as diferentes visões e formas de escritas produzidas por os autores expostos acima. Francisco Adolfo Varnhagen, em carta ao imperador dom Pedro II, explicita os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira enquanto herança da colonização europeia (GUIMARÃES 1961, p. 246) procurando ir disciplinando nação e civilização. Era herdeiro de uma tradição marcadamente iluminista e vivenciado como tal por seus membros, “o instituto propõe-se a levar a cabo um projeto dos novos tempos, cuja marca é a soberania do princípio nacional enquanto critério fundamental definidor de uma identidade social” (GUIMARÃES, 1857: p.2), os primeiros passos concretizados no sentido da elaboração de uma história do Brasil, que viria a ser publicado em 1850 ao IHGB por Varnhagen. Von Martius vai apontando caminhos e destacando aspectos que posteriormente encontrarão eco nas interpretações, de Varnhagen. Do seu ponto de vista, o indígena merecia um estudo cuidadoso da história, até mesmo pela possibilidade de tais investigações contribuir para a produção de mitos da nacionalidade, neste ponto o autor toma o exemplo dos mitos sobre os cavaleiros medievais no espaço europeu. Dessas histórias regionais será empreendida, reunindo, assim, na capital da monarquia todos os conhecimentos relativos às províncias, é expressão evidente da existência, no interior da instituição, de um projeto intelectual claramente centralista. Segundo José Honório Rodrigues (1913) Varnhagen não poderia discutir o problema das épocas porque, ao tratar de sua História geral, ele não possuía base teórica e filosófica sobre a matéria.

Segundo Manoel Guimarães (1988) as correlações maiores dentro da instituição estavam interligadas ao estado, a polifonia intelectual, ideológica seguia dos mesmos propósitos, um exame da lista dos 27 Fundadores do IHGB nos fornece uma amostra significativa do perfil do intelectual atuante naquela instituição. A maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado. Dito isso, a análise de dados de publicações do RIHGB estavam sujeitas a publicações coadunadas com o pensamento proposto pela instituição desde sua fundação, Fabiana Dias dirá que “Nesse sentido, no âmbito do IHGB, um contingente considerável de produções inéditas seria privado de chegar às páginas da Revista porque era desqualificado pelas comissões.” (DIAS, 2010: p. 177), fazendo com que publicações de caráter burocrático e administrativos se tornassem maior dentro das publicações, na análise de Julio Benvogli (2015) das publicações da

revista autodidata, estava relacionada em 43% biografias, seguidas em segundo lugar com 24% memorias.

Januário da Cunha Barbosa em sua trajetória à primeiro secretário do instituto no meio tempo as obras produzidas por Cunha Barbosa, eram de cunho político partidária, carregava em seu discurso a maçonaria e uma dura crítica ao governo imperial de D. Pedro I, logo mais em seu discurso de apresentação, apresentaria a falta de foco dentre as produções literatas brasileira (DURAN, 2010: p. 117). Segundo Lucia Guimarães (1995) Januário era um “estrategista político”, seu afincos principal era uma consolidação política de vanguarda. Januário em um artigo diz que “a perspectiva predominante nas discussões dos integrantes do IHGB, que apontava na direção de um possível projeto de política indigenista para o Estado, no qual o autor discorre sobre o melhor sistema de colonizar os índios e afirma que, os indígenas que levam uma vida errante e selvagem, deve-se inculcar ideias de trabalho e o amor a este, e assim que se habituarem à comodidade dos brancos, irão sair do estado de natureza, amando a propriedade e formando povoações (BARBOSA, 1840: p. 3). Já Francisco Adolfo de Varnhagen defende a necessidade do estudo das línguas indígenas como urgente, em virtude da necessidade da catequese e civilização dos índios, e destaca que somente através do estudo e conhecimento dos povos indígenas seria possível a elaboração de políticas apropriadas a trazer os gentios à civilização (VARNHAGEN apud MOREIRA, 2010, p. 60).

No discurso escrito por Januário para o instituto observamos suas principais ideias sobre como a escrita seria não apenas memorável, mas também como ela facilitaria o conhecimento da população sobre sua nação.

“Os litteratos de todo o Brasil saberão, pela leitura de nossos estatutos, que os socios deste Instituto não só meditam organizar hum monumento de gloria nacional, aproveitando muitos rasgos historicos, que dispersos escapão á voragem dos tempos, mas ainda pretendem abrir hum curso de historia e geographia do Brasil, além dos principios geraes, para que o conhecimento das cousas da patria mais facilmente chegue á intelligencia de todos os Brasileiros.” (BARBOSA, 1839: 30).

Embora a nação ainda não estivesse com uma História formulada, os membros do IHGB acreditavam em um país solene e, para eles, era preciso que cada pessoa

trabalhasse duro para agregar algo positivo no desenvolvimento da pátria. Neste sentido:

“O Brasil guarda nas estranhas de suas terras, e assim também nos peitos de seus filhos e sinceros amigos, thesouros preciosos, que devem ser aproveitados por meio de constantes e honrosas fadigas. Sem trabalho, sem persistencia nas grandes empresas, jámais se conseguirá a gloria que abrilhanta os nomes dos bons servidores da patria.” (BARBOSA, 1839: 32).

Quando a escrita dentro do instituto se deu por iniciada, Januário descreveu as intenções dele quanto membro do IHGB, de eternizar o nome dos melhores filhos da pátria:

“Começamos hoje hum trabalho que, sem duvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, reparando os erros e enchendo as lacunas, que se encontram na nossa historia. Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jazião até hoje, muitas memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assignalar, com a possivel exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direcção de suas serras, e a capacidade de seus innumeraveis portos.” (BARBOSA, 1839: 23).

Segundo Temístocles Cezar “A *história magistra vitae* não é apenas um adágio erudito, ela é também um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB” (CEZAR, 2004: p. 14). Januário da Cunha Barbosa utiliza-se das abordagens ciceroniana em seu discurso, uma história magistral, Barbosa ira dizer: “Basta attendermos ao que diz Cicero: a historia he testemunha dos tempos, a luz da verdade, e a escola da vida.” (BARBOSA, 1839: p.22). Partindo da análise de “escrita” de Certeau (1982), a definição de História que Januário vai impor dentre sua produção e a do instituto, atenuando-se a uma escrita pedagógica perpassada no tempo referente a Cicero, a frente de seu tempo, uma escolha deduzida dos princípios historiográficos.

“Januário da Cunha constituiu em um dos importantes centros da Memória Nacional, administrou a instituição e contribuiu com as ideias que, em curto prazo, renderam bons frutos. Schubert, ao fazer ressalvas sobre Cunha Barbosa, afirma que ele era "considerado figura polêmica, é justiça esclarecer que isso não se refere a ele como eclesiástico". Acrescenta ainda que, num julgamento geral, realmente pode ser considerado um lutador violento nas lides políticas. Mas ele lutou pelo Brasil, por sua independência política e sua independência



interna, pela moralidade da vida pública. Januário defendia a organização criteriosa das fontes e a luta contra o esquecimento dos “fatos memoráveis”, tarefas estas que só seriam realizadas através da “imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador.” (GUIMARÃES, 1989: 103- 104).

Dessa forma ele defendia um dos imperativos para a legitimação de um texto como de história, que se constituiria como autoridade sobre o passado desde que produzido a partir da pesquisa documental. Em suma, conforme podemos analisar:

“Não por acaso Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878) aparece como o que mais publicou textos originais, num total de 18 colaborações, ele que é considerado o maior historiador brasileiro do século XIX, seguido por Januário Barbosa – cônego, fundador e secretário perpétuo do IHGB, com 16 e, logo depois, surge Diogo Barbosa Machado (1682-1772) com sete textos, membro da Academia Real de História Portuguesa.” (BENTIVOGLIO, 2015: 313, 314).

#### **4 Conclusão**

No decurso desse breve artigo, procurou-se estabelecer alguns pontos fundamentais que geralmente são olvidados pela narrativa histórica m sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A heterogeneidade do dentro do IHGB é pouco observada, pois, quando fala-se do instituto, instantaneamente é lembrado de Varnhagem. Nosso intuito principal aqui foi o de fazer uma análise sobre outros escritores que, frequentemente, são “esquecidos”, ainda que tenham contribuído fortemente no debate sobre os caminhos e métodos para erigir uma história nacional, sobretudo, na revista do IHGB. Dentre esses autores, o que foi selecionado para ter um estudo mais a fundo e ser a principal base do artigo foi Januário da Cunha Barbosa, que embora não seja tão reconhecido assim como Varnhagem, e nem tão esquecido quanto tantos outros, ele teve um papel muito importante e uma forma única de construir e enxergar a história do período em que o mesmo estava inserido.

#### **5 Agradecimentos**

Queremos agradecer a UNIVISA por a oportunidade de estarmos tendo essa chance de crescer academicamente, e ao Prof. Dr. Aurélio Britto por disponibilizar o seu

precioso tempo e paciência para nos orientar. Cordialmente, Cassia Tais da Silva, José Helder Medeiros da Silva e Maria Helena de Sousa Silva.

## 6 Referências

BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso”. In: **Revista Trimensal de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, IHGB, tomo 1, n. 1, 1839, p. 09-17.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Os domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: **Diálogos, DHI/UEM**, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004

BENTIVOGLIO, J. A História no Brasil imperial: a produção historiográfica na RIHGB. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 63, n.2, p. 287-315, jul./dez. 2015. Editora UFPR.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 4.ed. atualizada. São Paulo. Ed. Nacional, INL, v. 11, p. 63- 112, Brasília, 1978.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: **HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs)**. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p. 265-285.

DIAS, Fabiana. Polifonia e consenso nas páginas da Revista do IHGB: a questão da mão de obra no processo de consolidação da nação. *História da Historiografia*, n.5, 2010, p.176-177.

DURAN, Maria Renata da Cruz. Ecos do Púlpito: Oratória Sagrada no tempo de D. João VI. São Paulo, Ed. Unesp, 2010.

MOREIRA, Vânea. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no império.

**Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n 59, p. 53-72, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n59/v30n59a04.pdf> . Acesso em: 20 dez. 2011.